

De acordo com a Abcon, o setor tem 178 contratos privados no Brasil, atendendo a 850 municípios entre concessões plenas (72%), PPPs (12%) e concessões parciais (13%).

O centro de pesquisas com sede na Holanda, o Instituto Transnacional, começou a mapear casos de desprivatização de sistemas de água em 2007, compilando ocorrências a partir do ano 2000. Hoje, o levantamento é coordenado em parceria com a Universidade de Glasgow e tem colaboração de outras 17 organizações, que agregam casos ocorridos no mundo todo à base de dados para pesquisa colaborativa Public Futures.

O levantamento passou a abranger outros serviços que saíram das mãos privadas e voltaram ao poder público, abrangendo setores como fornecimento de energia elétrica, saúde e educação. Nesse leque mais amplo, foram 1.701 casos de desprivatização ou estabelecimento de novos serviços públicos de 2000 para cá, em 79 países diferentes. Uma ‘remunicipalização’ ou reestatização pode ocorrer de maneiras variadas.

Os casos envolvem desde privatizações desfeitas, com o poder público comprando o controle que detinha ‘de volta’; a rupturas de contratos de concessão, o que pode acarretar multas pesadas ao poder público” ou o “resgate da gestão pública após aguardar o fim de um período de concessão”, o que exige muito planejamento para retomar o serviço.

A pesquisadora da TNI, Lavinia Steinfort, frisa que, seja qual a forma, a reversão não é fácil. Há casos que envolvem lutas árduas e longos períodos de engajamento de cidadãos, batalhas judiciais e grandes ônus aos cofres públicos, seja por multas impostas por quebras de contrato ou por litígios dispendiosos.

Um exemplo é o caso de Berlim, onde o governo privatizara 49,99% do sistema hídrico em 1999. A medida fora extremamente impopular e, após anos de mobilização de moradores - e um referendo em 2011 -, foi revertida por completo em 2013.

Foi uma vitória popular, mas, por outro lado, o estado precisou pagar 1,3 bilhão de euros para reaver o que já lhe pertencia. A dívida está sendo paga pela população ao longo de 30 anos.

Por outro lado, Steinfort aponta que a mobilização na capital alemã acabou desembocando em movimentos em prol da habitação e do fornecimento de eletricidade, ‘mostrando como é contagioso remunicipalizar, democratizar e retomar o controle público de serviços essenciais’, afirma.

Para Léo Heller, estados e municípios brasileiros estão ingressando em modelos de concessão muito duradouros e difíceis de reverter. Ele cita o exemplo da Cedeae, que teve concessão de 35 anos. ‘É uma decisão que vai repercutir por quase nove mandatos políticos’, destaca.

“Há grande preocupação quanto à performance dessas empresas, em que medida vão investir, com a elevação de tarifas, com a redução do alcance de tarifas sociais e com o acesso das populações mais pobres à água, em um país com um número enorme de pessoas vivendo na pobreza”, diz Heller.

Entretanto, o diretor executivo da Abcon, Percy Soares Neto, afirma que o Estado não abre mão do domínio sobre o setor ao firmar contratos privados. ‘O poder concedente sempre será público.

O Estado segue sendo o dono do serviço. O poder regulador também é uma entidade pública. Ter estruturas reguladoras fortes é a melhor forma de ter um bom desempenho no contrato com o privado’, afirma.

‘O parceiro privado é convocado para acelerar o investimento que o poder público está com dificuldade para fazer. Melhorar a eficiência, a governança. Depois disso feito, transcorrido o contrato, o governo pode optar por retomar o controle do serviço. Faz parte do jogo.’

Para Lavinia Steinfort, movimentos sociais defendendo o acesso à água são dos mais vibrantes e efetivos que vê globalmente. ‘O acesso à água é tão fundamental que engaja as pessoas em torno deste bem comum absolutamente necessário à sobrevivência’, afirma.

Ela cita como exemplo o movimento que conseguiu frear em 2018 a privatização em Lagos, capital da Nigéria, unindo grupos de mulheres, religiosos, sindicatos, comunidades.

Outro exemplo recente foi Terrassa, a 30 quilômetros de Barcelona, na Espanha. Em 2018, após cinco anos de luta, a cidade conseguiu obter a remunicipalização dos sistemas de água e esgoto após amplo engajamento social.

O processo envolveu a aprovação de um pacto social que delineia valores e pilares para o sistema público de água, e levou à criação do Observatório de Águas de Terrassa, reunindo grupos da sociedade civil, políticos, funcionários e técnicos da área de saneamento, entre outros.

‘O que é interessante neste caso é que a remunicipalização foi um ponto de partida para criar uma nova cultura em torno da água, não apenas em termos de conscientização, mas também na criação de mecanismos de participação de integrantes do observatório nos processos estratégicos de tomada de decisão, como por exemplo em relação a tarifas e investimentos’, destaca Steinfort.

Isso está espelhando outros locais que estão lutando pela remunicipalização e por modelos mais democráticos da gestão da água. Acredito que essa experiência que acontece em diversos países e lugares do mundo nos permite uma reflexão sobre a decisão que foi tomada ontem, acredito, sem se levar em conta a possibilidade de efetivamente abrimos a possibilidade de toda a população participar, em plebiscito, sobre se devermos ou não privatizar a Sabesp.

Uma vez tendo havido a votação de ontem, eu vou estudar aquilo que está previsto na Constituição, que é a possibilidade de realização de um referendo sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Seguindo a lista de oradores inscritos no Grande Expediente, deputado Víto do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Gil Diniz, por cessão com a deputada Delegada Graciela.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os deputados presentes aqui no Grande Expediente, boa tarde aos policiais militares e civis, aos nossos assessores. Hoje, infelizmente, não temos público aqui na galeria, mas uma boa tarde a quem nos assiste pela Rede Alesp.

Presidente, criminosos, terroristas, bandidos, canalhas - esses sim antidemocráticos - quiseram invadir o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na noite de ontem. Logo no início da votação do roteiro, que teria como consequência o resultado final da privatização da Sabesp. Foi um ato, presidente, pensado, premeditado, arquitetado por políticos profissionais.

Vivian Mendes, para quem não conhece, presidente da UP, foi candidata ao Senado na última eleição. Salvo engano, já foi assessora parlamentar nesta Assembleia Legislativa, já ocupou cargo em comissão na Câmara Federal, em gabinete do PSOL.

Posso estar enganado aqui, podem me colocar o contrário. E ela, deputado Paulo Mansur, liderava aqui ontem a tentativa de invasão deste plenário. Mas antes disso tudo, houve a organização destes para o momento, para a entrada...

Aí alguns dizem: “ora, mas o presidente André do Prado liberou as galerias aqui para esses manifestantes”, como a grande mídia diz. Ora, agora são manifestantes, não são criminosos, não são terroristas, como aquelas senhoras de Bíblia na mão em frente aos quartéis, principalmente em Brasília, são tachadas a todo tempo.

Manifestantes querendo invadir o plenário. Aí eu pergunto aos deputados, a qualquer um que consiga fazer uma sinapse. Qual era o objetivo da invasão deste plenário?

Qual era a consequência da invasão deste plenário? O que eles iriam fazer? Incentivados por muitos aqui, inclusive desta tribuna, que nos ameaçaram de trocar porradas. Está registrado,

está documentado. Passaram três dias nos acusando dos mais variados tipos de crimes, nos desumanizando.

Qual seria o resultado final disso aqui? A palavra dos deputados de direita não foi garantida. Nós não conseguíamos iniciar e finalizar o discurso. Premeditado, pensado.

Muitos entraram nesta Assembleia, ontem, em carros de deputados, carros oficiais de deputados. Eu já estou solicitando as imagens. Porque nós vamos identificar motoristas, assessores, todos que estavam envolvidos. E todos vão responder. Todos. É um ato criminoso, pensado, premeditado.

Desde o início, nós solicitando ao presidente: “Presidente, esvazia a galeria, presidente. Algo pior pode acontecer.” Mas ainda assim o presidente permitiu que esses criminosos permanecessem aqui. Aí, quando eles tentam invadir o plenário, quando eles começam a tentar derrubar essa barreira, que divide o plenário da galeria...

Aqui eu deixo registrado os parabéns à Assessoria Policial Militar desta Casa, e aos policiais civis também, que foram a primeira linha de defesa da integridade física destes parlamentares agredidos e insultados. Não tiveram pena, não tiveram dó, não tiveram absolutamente consideração nenhuma, nem por esses aqui que passaram a mão na cabeça deles durante todo esse tempo.

Aí a Polícia Militar, usando da sua legítima prerrogativa, da força moderada e necessária, para evitar o pior, começa a agir, senhores. Começa a agir para proteger a nossa integridade física. Não só dos deputados, mas dos trabalhadores desta Casa também, os assessores aqui no plenário, os assessores lá fora também.

E coordenado. Não foi só tentativa de invasão do plenário. Lá nas portas da galeria, tentaram invadir também. Só estavam esperando “start”, o comando de quem pensou em tudo isso.

Quando os policiais militares começam - repito - a usar legitimamente da força moderada e precisa, aí começa aqui, a galera que defende bandido, vagabundo, criminoso e terrorista: “Aí, meu Deus, para com isso! Estão massacrando os manifestantes!” Porra nenhuma! Enquanto os policiais estavam sendo massacrados, ninguém deu um piu. Não prestaram solidariedade coisa nenhuma aos policiais. Olha as redes sociais desses deputados, o que eles dizem. Vejam aí.

PT na Alesp. Partido dos Trabalhadores na Alesp. Partido dos Trabalhadores da Alesp. Rede social do Partido dos Trabalhadores. “Um absurdo a violência com os manifestantes na Alesp hoje.” Continua aqui, tentando inverter a narrativa. E o líder do PT, inverter a narrativa também, na sua rede social.

Aconteceu ontem aqui, senhores, com o nosso testemunho, uma tentativa de homicídio de um policial. Aquilo ali não é lesão corporal apenas, é tentativa de homicídio. O policial saiu com a mão quebrada daqui e esses deputados não conseguem se solidarizar com esses funcionários públicos que estavam defendendo a sua integridade física.

Isso não é só hipocrisia, isso é parceria. A quem serviria, quem lucraria politicamente se a sessão fosse interrompida ontem, se essa votação não existisse? Quem lucraria politicamente? Foi provado aqui. E obviamente nós vamos investigar isso também.

Manifestantes jogando tinta na cara. Tinta na cara. Vamos colocar uma imagem aqui, por gentileza. Tem esse rapaz aqui: “Camaradas, esse rapaz ensanguentado sou eu. Estou bem, mas prenderam quatro companheiros nossos que estavam na mobilização contra a privatização da Sabesp.

Estaremos em vigília no DP e, por favor, façam PIX.” Pedindo dinheiro. Nem precisava. Chegaram no DP ontem, Conte, já tinha cinco advogados, já tinha o pessoal do Prerrogativas da OAB. Já pensou se fossem tão ativos assim quando um policial militar toma um tiro na rua?

Tem mais imagem? Olha o mesmo rapaz aqui na festa de Halloween. Olha que interessante, o sangue é do mesmo lado, é o mesmo tom. Tem mais uma também? Rapaz, o cara é um artista. Tinha uma menina aqui jogando tinta na cara. Quando chegou na delegacia, estava de punho cerrado com o rosto limpo, deputado Conte Lopes. Não tinha um arranhão. Hipócritas. Hipócritas.

Se não fosse a Polícia Militar aqui ontem, e a Polícia Civil, poderia ter acontecido uma tragédia neste Parlamento, mas eles correm aqui para atacar os policiais, que agora vão responder a IPM, que agora serão massacrados na grande mídia, por manifestantes. Manifestantes, não, terroristas, criminosos.

Se tiverem o mesmo tratamento daquelas senhoras em frente aos quartéis em Brasília, pegarão no mínimo dez anos de cadeia, ou 17 anos de cadeia, como o Alexandre de Moraes gosta de fazer. Se aquele morador de rua, aquele mendigo, ficou preso dez meses em prisão preventiva na Papuda, o que aquela militante profissional, o que aquela presidente de partido - havia um partido político aqui, senhores, querendo invadir o Parlamento -, o que ela merece? Quantos anos de cadeia?

Dou parabéns mais uma vez aqui aos nossos policiais. Agradeço muito a eles, mas muito mesmo. Parabéns pela operação, pela atitude, pela pronta resposta, e por garantir a integridade física desses ingratos aqui, desses que jamais saberão reconhecer o valor de cada um de vocês, da vida de cada um de vocês.

Para finalizar, presidente, coloca o vídeo, por favor, Machado. \* \* \* - É exibido o vídeo. \* \* \*

Foi esse de vermelho que atentou contra a vida do policial, que poderia ter tido um traumatismo craniano, poderia vir a óbito, e não tem a mínima solidariedade desses aqui. Foi para proteger as nossas vidas, senhores, foi para garantir, sim, o funcionamento do Parlamento do povo de São Paulo, que foi jogado na lama ontem por esses aqui que premeditaram tudo isso.

Deputado Paulo Mansur, estou entrando no TSE pedindo a cassação do registro da UP. São criminosos. Já mostraram isso. A sua presidente aqui em São Paulo cometeu esse ato criminoso.

Estou mandando todas as fotos, os vídeos, os registros, os boletins de ocorrência, inclusive o que eu fiz ontem contra esses, para o Sr. Alexandre de Moraes, para ver se ele coloca no inquérito dos atos antidemocráticos, e se ele trata estes como as senhoras de bíblia na mão, os moradores de rua, os desempregados que estavam ali em Brasília no oito de janeiro. Muitos não quebraram uma janelá.

Aqui, Sr. Alexandre de Moraes, vai ter a individualização da culpa. Vai ter aquele meliante, aquele criminoso ali de vermelho, vai ter um vídeo dele jogando um tripé na cabeça do policial militar, numa tentativa de assassinato. Criminosos, bandidos, terroristas.

E esta Casa, Sr. Presidente, precisa se manifestar com toda a sua força, com toda a sua representatividade, e isso aqui nós não podemos permitir nunca mais. A noite de ontem foi uma vergonha para esses criminosos que promovem o terrorismo no estado de São Paulo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Parabéns, deputado Gil Diniz, pela clareza das suas palavras, você que é o líder bolsanarista aqui da Casa.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, se houver acordo aqui entre os líderes, levantar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - PAULO MANSUR - PL - Ok, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo a determinação constitucional, adita à Ordem do Dia com os seguintes projetos vetados: Projetos de lei nº 81, 431, 512 e 555, todos de 2023. Convoco ainda V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 41 minutos.

\* \* \*

## 8 DE DEZEMBRO DE 2023 153ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDUARDO SUPLICY e REIS

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Assume a Presidência.
4 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLICY
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
6 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 11/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
\* \* \*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.
\* \* \*
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Então passemos ao Pequeno Expediente. Tem a palavra o Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Professora Bebel. (Pausa.) Delegado Olim (Pausa.) Rafael Saraiiva. (Pausa.) Rodrigo Moraes. (Pausa.) Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Leci Brandão. (Pausa.) Rui Alves. (Pausa.) Carlos Giannazi. (Pausa.) Donato. (Pausa.) Paulo Fiorilo. (Pausa.) Paulo Mansur. (Pausa.)

Deputado Reis. Tem a palavra pelo tempo regimental.
O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente, deputado Suplicy, os funcionários desta Casa. Saudar os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal, e também saudar todos aqueles e aquelas que estão nos acompanhando pela Rede Alesp.

Presidente Suplicy, eu quero dizer sobre todo o processo de tramitação do PL 1.501, que trata da privatização da Sabesp. Desde o dia 18 de outubro vem esse processo, que depois se deu no congresso de comissões até esta semana, quando se iniciou o debate aqui em plenário. Debate que foi um show de horrores.

Um show de horrores o que aconteceu desde segunda-feira, o comportamento, a fala agressiva do poder de império do governador, representado aqui pelos seus serviços de plantão, seus deputados de plantão que fazem o que o governo manda. No dia da votação teve todo aquele entrevero entre a Polícia Militar e os manifestantes, em que houve policiais feridos, é verdade. Houve manifestantes feridos e houve, inclusive, prisões.

Tudo isso poderia ter sido evitado. Eu acho que a forma que aconteceu, como se deu, poderia ter sido evitado. Nós não tivemos as condições de participar do processo de votação, inclusive por conta de V. Exa., da Leci Brandão, da deputada Paula da Bancada Feminista - Deputada que também está para ter a sua filha Flora, a deputada Paula.

Nós pedimos ao presidente para que fosse adiada para quinta-feira a votação, para que fosse feita na data de ontem, com mais tranquilidade, por conta dos ocorridos. Mesmo assim, o presidente acabou não ouvindo.

Submeteu a voto e aprovou, passou o trator de império, o trator imperial em cima de tudo e de todos. Usou da sua força, do seu poder, da supremacia do governo Tarcísio privatizador, representado aqui na sua tropa de choque a truculência, a violência, e acabou aprovando do jeito que se deu.

É fato que a luta não parou aí. Venceu-se uma batalha, mas a luta continua. A luta continua e ela vai continuar nos tribunais e nas câmaras municipais. Vai continuar com ações nos tribunais, questionando o processo, o cerceamento dos direitos dos deputados de poder participar. Foi cerceado esse direito de participar desse processo de votação.

Também o fato de ser um projeto de lei e não uma proposta de emenda à Constituição do Estado e também nas câmaras municipais, por conta de que a titularidade desse serviço é do município, não é do estado.

A Sabesp tem uma concessão dos municípios, inclusive em São Paulo. Quarenta e sete e meio por cento do seu faturamento vem da cidade de São Paulo, vem da prefeitura de São Paulo. Tudo isso vai ser questionado.

Então ainda vai continuar a luta judicial e a luta nas câmaras municipais para reverter esse processo, esse conjunto de maldades que foi aprovado aqui pela tropa de choque do governador Tarcísio de Freitas, irrigada por emendas parlamentares irrigadas por recursos do povo através das emendas parlamentares.

Então, a população continuar tem que continuar mobilizada, a discussão tem que ser continuada, essa discussão, esse debate da privatização da Sabesp tem que continuar na sociedade.

É claro que não é o fato de ter sido aprovado aqui na quarta-feira que hoje ou amanhã a Sabesp já será entregue aí para o capital privado. Ainda tem um grande processo de luta, um grande processo de luta e de participação popular, e essa luta vai se dar nos tribunais e também nas câmaras municipais, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Agradeço ao Deputado Reis, se puder assumir a presidência, por favor.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Assumindo a presidência e continuando aqui a lista de oradores do Pequeno Expediente, chamo para fazer uso da palavra o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, deputado Reis; nesta quarta-feira, dia 6, estive no Legado Talks, um espaço criado para discutir saúde, empreendedorismo, empoderamento feminino e educação canabica na comunidade de Paraisópolis, que é a segunda maior favela de São Paulo depois de Heliópolis.

Em sessão itinerante com o deputado Caio França, que é o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial, e assim lá realizamos a última reunião nesse semestre de nossa frente parlamentar, em que anunciamos os cinco projetos selecionados para receber um total de 734 mil em emendas parlamentares.

O edital de chamamento público contou com a inscrição de 37 projetos, com destaque para a participação de universidades públicas, como a Unicamp, a Unesp, a Unifesp, além de fundações e institutos vinculados a hospitais renomados, como o Sírio Libanês e o Albert Einstein, e diversas associações cannabicas.

Foi constituído um conselho deliberativo com os especialistas para avaliar os projetos, os projetos contemplados pelo edital de emendas. Foram: a Universidade Estadual, a Unesp de Araraquara, com o projeto Ações de Apoio Técnico Institucional na Cadeia Produtiva da Cannabis, da Associação Terapêutica Cannabis Medicinal Flor da Vida. Meus cumprimentos à Unesp e à Flor da Vida.

Segundo, a Cultive, Associação de Cannabis e Saúde, pelo projeto Estrutura de Acolhimento e Adequação de Cultivo Associativo, pela Cultive, que é o nome da associação.

Terceiro, o Hospital Sírio Libanês, projeto Impacto do Uso da Cannabis Medicinal na Qualidade de Vida de Crianças e Adolescentes, no TEA, pesquisa Quali-quantitativa.

Quarto, o Instituto CuraPro Acolhe Vidas, pelo projeto Plantando Conhecimento e Saúde Cannabis Medicinal na Favela.

E em quinto, a Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, pelo projeto Avaliação da Qualidade de Produtos de Cannabis Medicinal utilizados no estado de São Paulo.

Durante esse semestre, tivemos quatro reuniões da frente parlamentar, que foram muito proveitosas. Eu acredito que todos e todas aprenderam muito - eu próprio aprendi muito -, pois pudemos tratar de assuntos muito pertinentes, como as experiências, desafios e perspectivas relacionadas à cannabis terapêutica, os processos regulatórios, as políticas públicas, as pesquisas já realizadas no Brasil e no mundo e, também, as novas matrizes produtivas relacionadas ao cânhamo industrial.

Nesse período, houve muitos desdobramentos. O Brasil todo está se mobilizando, realizando audiências públicas, demonstrando o quanto é importante que a regulamentação da cannabis terapêutica seja votada pela Câmara dos Deputados para que possamos avançar e garantir o acesso a esse medicamento, que tem trazido melhor qualidade de vida para tantas pessoas.

Inclusive eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente algumas associações, como a Cultive, em São Paulo, a Flor da Vida, em Franca, a Maria Flor, em Marília, a Aliança, em Olinda, Pernambuco.

Nessas visitas eu pude testemunhar que as associações de pacientes estão cumprindo um papel essencial perante a sociedade, acolhendo pessoas que viviam enlutadas, sem quaisquer perspectivas de melhora através dos tratamentos convencionais, e descubrem no remédio de cannabis alívio para as suas dores.

Quero declarar que a parceria com o deputado Caio França tem sido muito importante e acredito que estamos fazendo um trabalho muito interessante. Eu espero profundamente que, no próximo ano, possamos debater nas reuniões da Frente Parlamentar da Cannabis Medicinal e Cânhamo Industrial temas como a agricultura familiar.

Que possamos trazer pessoas que utilizem a cannabis como estratégia de redução de danos em relação ao consumo de outras substâncias psicoativas, tendo em vista que o potencial terapêutico dessa planta é bastante amplo.

Assim, presidente Reis, já conheci pessoas que estão se dispondo a aqui testemunhar como é que antes atingidas por doenças muito graves acabaram melhorando consideravelmente as suas vidas pela utilização adequada da cannabis medicinal.

Então, no próximo semestre, em parceria com o deputado Caio França, nós vamos continuar esse trabalho.

Muito obrigado, deputado Reis.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Havendo concordância entre os líderes, peço que seja levantada a sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, a hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma excelente tarde.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 18 minutos.

\* \* \*

## 11 DE DEZEMBRO DE 2023 154ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 17 horas.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
8 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 12/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 17 horas. Levanta a sessão.
\* \* \*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.
\* \* \*
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Antes de entrar no Pequeno Expediente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 17 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\* \* \*

- NR - A Ordem do Dia para a 59a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 12/12/2023.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Passamos ao Pequeno Expediente, convidando, para fazer uso da palavra, o nobre deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, há umas duas semanas